

A CHINA E A ECONOMIA MUNDIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ASCENSÃO CHINESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

Valéria Lopes Ribeiro¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a recente trajetória de crescimento da economia chinesa, tendo como ponto de partida a abordagem teórico-metodológica da análise dos sistemas-mundo. Primeiramente, a partir do referencial teórico baseado nos principais autores reunidos em torno dessa abordagem, como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, este trabalho procura analisar a influência dos determinantes sistêmicos na trajetória recente chinesa, a partir da adoção de uma unidade de análise ampla. Posteriormente, procura-se analisar a influência dos determinantes específicos ao Estado Nacional chinês, na criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico a partir do final da década de 70. As conclusões apontam para o fato de que o fenômeno em questão é resultado da conjunção de fatores tanto sistêmicos como internos, ainda que o peso de uma conjuntura recente favorável seja preponderante para a atual ascensão da China na economia-mundo.

Palavras-chave: Economia-mundo; economia chinesa; crescimento econômico

1) Introdução

Philip Golub, em um pequeno artigo publicado na versão chilena do jornal *Le Monde Diplomatique*, em Outubro de 2004, remetendo a André Gunder Frank, afirma que a China, até 1800, ocupava um lugar central na economia mundial, como primeira potência manufatureira do planeta, tendo sido o centro de uma densa rede de intercâmbios regionais. Também em termos tecnológicos a China se encontrava em uma posição dominante, tanto antes como depois do Renascimento na Europa. Tal avanço se confirmaria em setores como a produção de ferro e aço, relógios mecânicos, engenharia, armas de fogo e sistemas de perfurações profundas.

Segundo Fairbank (2007, p. 20), o império da dinastia Han (206 a.C.-220 d. C.) foi contemporâneo e maior que o Império Romano, tendo sido a China inquestionavelmente a maior civilização do mundo, não apenas em comparação a Roma, mas superior a Europa medieval. De 1000 a 1500 d.C., não havia comparação em termos de produtividade agrícola, habilidade industrial, complexidade comercial, riqueza urbana, padrão de vida, sofisticação burocrática e conquistas culturais que igualasse a Europa ao império chinês.

¹ Mestre em Economia/PPGE-UFSC

Quase cinco séculos depois, esta descrição parece cada vez menos estranha à China dos dias atuais. De acordo com a revista britânica “*The economist*”, “desde que se juntou à Organização Mundial do Comércio em 2001, a China vem rapidamente se tornando uma força econômica, duplicando sua parcela na oferta mundial de manufaturas, provocando um *boom* no mercado de *commodities* e acumulando cerca de 1 trilhão de dólares em reservas”. (ZIEGLER, 2007). Na mesma publicação, afirma-se que “os chineses estão muito atentos ao fato de que eles estão observando algo como um renascimento em sua história, um tipo de retorno à grandeza histórica”.

Os comentários justificam-se pelo fato de que, neste início de século XXI, a China volta a chamar a atenção do Ocidente. Atualmente o país emerge como o que mais cresce no mundo desde a década de 80. Com uma população de quase 1,5 bilhão de pessoas e um vasto território (cerca de 9.597.000 de km²), a China é hoje a oficina do mundo, liderando a produção de milhares de mercadorias. O país, que em 1995 respondia por apenas 5,4% da produção manufatureira mundial, atrás dos Estados Unidos (13,1%) e do Japão (12,1%), em 2005 já respondia por 13,1% da produção global de manufaturas, deixando para trás o próprio Estados Unidos, com 10%, e o vizinho Japão, com apenas 8,4% da produção mundial. (UNCTAD, 2007)

Não é exagero a surpresa com a quantidade de produtos “*made in China*” que encontramos em lojas e shoppings do mundo todo. Quando se verificam os dados, os resultados são surpreendentes, nos mais diversos segmentos produtivos. Na produção de artigos para fabricação de brinquedos, por exemplo, a participação da China é de 30,6% de toda a produção mundial. No segmento de calçados, a China respondeu em 2004 e 2005 por 26,5% da produção mundial. Na produção de fios têxteis a participação da China ficou em 26,6% do total mundial. (UNCTAD, 2007)

Surpreende também o fato de que a liderança chinesa não se restringe a manufaturas com baixo teor tecnológico. Na fabricação mundial de equipamentos de computador, por exemplo, que soma 10% das exportações chinesas, a participação da China na produção mundial entre 2004 e 2005 ficou em 26,13%. (UNCTAD, op. cit). Entre o total das exportações chinesas classificadas em bens primários, intermediários e finais, em 2002 a participação dos chamados bens finais (de consumo e de capital) já somam 60% das exportações chinesas, muito acima das exportações de bens primários (2,9%) e de bens intermediários (37,1%). (GAULIER et. alli., 2005)

Mas não são apenas as exportações que sustentam um crescimento médio de 9% ao ano desde a década de 80. Ao contrário do comumente propagado, a economia chinesa não é

sustentada apenas por exportações, sob a liderança de empresas estrangeiras. O crescimento chinês tem forte apoio no rápido crescimento de firmas domésticas e um vasto e dinâmico mercado interno. Em regiões como Zhongguancun, a nordeste de Beijing, por exemplo, o progresso tecnológico tem sido dirigido primariamente pela demanda doméstica, em detrimento da demanda para exportação. Mais de 85% da renda da região tem origem nas vendas de produtos e serviços no mercado doméstico. (ZHOU, 2008).

A importância da China no cenário internacional é percebida também no impacto que o país vem causando na demanda por commodities. Em 1980 a participação da China no total das importações mundiais era de menos de 1%. Em 2005, a demanda chinesa foi de 6,16% do total importado. Dentro desse montante importado destaca-se a demanda chinesa por matérias-primas. Em 2005 a China respondia por 22,36% do total de alumínio (primário) consumido no mundo, e por 21,4% do total de cobre refinado consumido. (UNCTAD, 2007). Em 2004 a China consumiu cerca de 47% do cimento mundial.

Os números revelam a importância da China hoje no cenário mundial e também dentro da região Leste Asiática. As dimensões do crescimento chinês não deixam dúvida sobre a posição de destaque que o país vem ocupando, sobrepondo-se em relação aos seus vizinhos asiáticos e tornando-se um caso único de ascensão econômica.

Essa posição de destaque alcançada pela China constitui o foco de atenção neste trabalho, cujo conteúdo é uma reflexão sobre os elementos que condicionaram a referida trajetória. Essa reflexão desdobra-se em dois eixos de investigação. Um deles contempla os determinantes sistêmicos da situação exibida pela China, o que implica adotar uma perspectiva de análise ampla, que transcenda o objeto específico – o desenvolvimento econômico recente da China – em termos tanto temporais como espaciais. O outro eixo contempla os determinantes “internos”, vinculados, sobretudo, às iniciativas do Estado chinês no que concerne à formulação e implementação de políticas de crescimento econômico.

O artigo está estruturado da seguinte forma: Na seção 1 faz-se uma recuperação teórica dos principais autores reunidos em torno de uma abordagem metodológica específica, baseada na priorização dos determinantes sistêmicos na explicação da atual ascensão chinesa. A seção 2 procura analisar a trajetória do desenvolvimento da China desde a segunda metade da década de 50, a partir da sua relação com as trajetórias de desenvolvimento regional e mundial. Na seção 3 analisam-se os determinantes específicos do sucesso chinês, relativos ao papel do Estado na capacidade da China inserir-se de forma positiva no segundo pós-guerra. A seção 4 apresenta as conclusões.

1) Arcabouço teórico: perspectiva de análise dos sistemas-mundo

Alguns autores têm procurado entender os processos e fenômenos econômicos a partir da utilização de uma perspectiva de análise que procura ampliar as noções de tempo e espaço para além de delimitações temporais recentes e restritas às fronteiras dos Estados Nacionais. Em “*A ilusão do desenvolvimento*” (ARRIGHI, 1997), Giovanni Arrighi apresenta uma sistematização que serve de base para a sustentação dessa perspectiva, procurando apresentar sua visão acerca da existência de um único sistema mundial, formado por uma estrutura hierárquica de Estados.

O principal argumento desse autor é justamente a idéia de que a economia mundial capitalista é representada por uma estrutura de Estados fortemente hierarquizada que determina a posição dos países em níveis mais altos (países centrais ou de núcleo orgânico) e mais baixos da hierarquia (países periféricos). Metodologicamente, o que se procura aqui é resgatar da fundamentação teórica de Arrighi a atenção dada por este autor à idéia de que todo processo de desenvolvimento ou ascensão, em qualquer país da economia capitalista mundial, deve ser analisado levando-se em consideração àquela estrutura hierarquizada de Estados. A razão é que esta acaba por moldar a economia capitalista e, em grande medida, submeter os Estados Nacionais ao seu próprio movimento, ainda que estes possuam uma margem de manobra e possam influenciar este processo.

Segundo Arrighi, a estrutura de Estados está dividida em três zonas principais: o chamado núcleo orgânico, representado pelos países que comandam atividades cujas recompensas agregadas incorporam a maioria dos benefícios globais da divisão mundial do trabalho, países, portanto, situados no topo da hierarquia de Estados; a zona periférica, formada por países que comandam atividades que incorporam pouco ou nenhum benefício da divisão mundial do trabalho, localizados, portanto, no ponto mais baixo da hierarquia; e a chamada zona semiperiférica, que seria o conjunto dos Estados/países que, graças a uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia, exercem o poder de evitar o rebaixamento, mas tem pouco poder para melhorar sua posição, países, portanto, situados em uma posição intermediária na hierarquia de Estados.

Considerar a existência dessa estrutura hierarquizada de Estados é fundamental para a delimitação metodológica do estudo proposto neste trabalho, qual seja, a abordagem da ascensão da China na economia mundial capitalista. Isto porque, ao ampliar a perspectiva de análise, estaremos investigando não apenas as diversas medidas implementadas neste país com vistas ao crescimento econômico, mas também a medida em que o sucesso dessas

políticas vai ao encontro de uma inserção bem sucedida em um momento específico da trajetória da estrutura hierárquica de Estados da economia mundial.

A importância dessa capacidade dos Estados de tirar proveito de sua margem de manobra e a capacidade política para influenciar seu lugar na hierarquia mundial – como fez a China através de uma série de políticas econômicas - é clara e bastante significativa. Mas, ela apenas revela-se bem sucedida quando toca naquilo que Arrighi define como traço essencial na determinação da posição dos países na hierarquia mundial, qual seja, a participação dos países na divisão internacional do trabalho. Esta participação, por sua vez, relaciona-se à forma como as economias dos diversos países lidam com os desafios relacionados ao acirramento da competição e à busca constante por inovações; estes são os principais elementos analisados por Arrighi na tentativa de definir os determinantes da estrutura de Estados, bem como os movimentos e a relação entre as três zonas da economia mundial.

Segundo aquele autor, o mais importante no entendimento das relações núcleo-orgânico periferia e da posição semiperiférica é pressupor que os atores econômicos não aceitam a competição como um dado, e procuram constantemente transferir a pressão da competição de si próprios para outros atores. O resultado dessa transferência é que os chamados “nós” ou atividades econômicas de cada uma das cadeias de mercadorias² “tende a se polarizar em posições que transfiram as pressões da competição para outro lugar (atividades típicas do núcleo orgânico) e posições para as quais essa pressão se transferiu (atividades periféricas)”. (ARRIGHI, 1997, p. 146)

A visão de Arrighi sobre a estrutura hierarquizada de Estados guarda forte relação – e pertence à respectiva tradição/orientação analítica – com a análise dos sistemas-mundo, cujo maior expoente é Immanuel Wallerstein. Este último autor é um importante interlocutor de Arrighi na elaboração que este efetua sobre a estrutura mundial hierarquizada de Estados.

A proposta metodológica de Wallerstein chama a atenção, assim como o faz Arrighi, para a necessidade de se trabalhar com uma unidade de análise ampla, que englobe todo o globo em um único sistema mundial: a economia mundo capitalista. Para Wallerstein esta dimensão espacial é fundamental para a discussão dos processos econômicos e sociais no capitalismo, observados nos diversos Estados que compõem o sistema mundial.

² O conceito de cadeia mercantil refere-se a uma rede de trabalho e processos produtivos cujo fim resultante é uma mercadoria acabada. Na construção de uma cadeia começa-se com o processo produtivo final e move-se sequencialmente para trás até alcançarem-se os primeiros processos produtivos que envolvem geralmente matérias primas básicas, passando pelos diversos elos que compõem os diferentes processos produtivos envolvidos nesse intervalo. (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000, p. 223).

A economia-mundo capitalista seria um tipo de economia-mundo. Esta última representa uma estrutura que possui múltiplas unidades políticas que exibem integração econômica, ou ainda, de acordo com Hopkins e Wallerstein (1987), as economias-mundo “[seriam conjuntos] de processos de produção integrados, interligados numa contínua (através de sua evolução paulatina) divisão social do trabalho, que determinam de modo fundamental o comportamento social (ou a ação social) no interior de sua arena (suas fronteiras) ao longo do tempo.” (HOPKINS e WALLERSTEIN, 1987, p. 764)

Assim, Wallerstein discute o capitalismo histórico em termos de uma economia-mundo específica, capitalista, que surge na Europa Ocidental por volta do século XV e início do século XVI e que aos poucos vai incorporando todo o globo dentro de sua lógica básica de funcionamento, qual seja, a acumulação incessante de capital. A lógica dos processos de incorporação de novas áreas tem a ver com o fato de que um dos principais aspectos que marcam os momentos de reestruturação da economia-mundo é, segundo os autores, a busca pela redução de custos de produção, de uma forma muito mais significativa do que a que se observa normalmente nos ciclos normais de negócios. Normalmente a redução dos custos da força de trabalho se apresenta como o mais fácil mecanismo de resposta a períodos de recessão e pressão competitiva, de forma que os processos de incorporação de novas áreas, seja zonas rurais ou periféricas, funcionam historicamente como saídas recorrentes em momentos do capitalismo em que a oportunidade de produção a custo baixo, principalmente de mão-de-obra, pode ser um diferencial importante, diante do acirramento da competição e baixa lucratividade típicos desses momentos.

A partir dos processos de incorporação a economia-mundo capitalista consolidou-se espacialmente englobando todo o mundo em uma lógica comum. Assim, o entendimento de que cada Estado participa do sistema interestatal de um modo que reflete o funcionamento do sistema como um todo, em termos seja políticos, seja econômicos, e a aceitação de que os diferentes Estados foram, na trajetória do capitalismo histórico, sendo incorporados pelos elos das cadeias mercantis expansivas - que vertebravam e vertebram o funcionamento da economia-mundo capitalista - obrigam discutir a situação de cada integrante do sistema considerando uma unidade de análise muito mais abrangente do que o tempo presente e o espaço da nação. Esse é um ensinamento básico das contribuições de Arrighi e Wallerstein, tendo como inspiração o pensamento de Braudel sobre o capitalismo.

A situação de cada Estado-Nação, sua posição na rede hierarquizada de Estados, seus movimentos de ascensão ou declínio, guardam necessária relação com o funcionamento do sistema-mundo capitalista e seu processo de expansão. Claro que os Estados não são

passivos. Como diz Arrighi (1997), “cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera” (p. 152). A política, nas suas várias modalidades e desdobramentos, aparece sempre por trás dessas ações. Assim, é também necessário, ao se estudar a situação de cada Estado específico, levar em conta o papel do protagonismo nacional na modelagem do quadro observado.

2) A China e o Leste Asiático em face da economia-mundo capitalista: contornos da trajetória a partir da segunda metade do século XX

A proposta deste trabalho, voltada à investigação dos determinantes da atual ascensão econômica chinesa, tem como fio condutor a idéia de que a trajetória de desenvolvimento de um Estado Nacional específico guarda forte relação com o todo no qual está inserido. Assim, procura-se investigar a trajetória percorrida pela China, assinalando a relação desta tanto com a estrutura da região na qual está inserida (o Leste Asiático) como com o desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Trata-se de examinar as relações entre estas estruturas (China, Leste Asiático e economia-mundo capitalista), procurando observar como a China vem se relacionando com a “sua” região e com o Ocidente.

Esta seção analisa os aspectos da ascensão atual da China e do Leste asiático inscritos na terceira temporalidade³, sugerida por Arrighi como unidade de análise, que cobre desde o fim do segundo pós-guerra até os dias atuais. Nesse período, destacam-se pelo menos dois conjuntos de processos que se revelam essenciais para a compreensão da atual ascensão chinesa: os resultados da Segunda Guerra Mundial em termos geopolíticos e econômicos, traduzidos na formação de uma estrutura mundial bipolar (Guerra Fria) e na consolidação da chamada “era de ouro” do capitalismo; e as transformações observadas a partir da crise dos anos 70, com o início da perda de poder americano e o acirramento da competição internacional.

³ Em seu artigo “*The rise of East Asia in world historical perspective*” (Fernand Braudel Center, 1997), Arrighi propõe a utilização de três temporalidades distintas no estudo da atual ascensão chinesa. A primeira temporalidade seria a “longa perspectiva”, que cobriria um recorte temporal de cerca de 1000 anos atrás. Neste recorte seria possível identificar aspectos de uma estrutura milenar de relações econômicas e comerciais que teria existido na China e no Leste Asiático, muito antes da incorporação desta região à economia-mundo capitalista. A segunda temporalidade corresponderia ao chamado longo século, onde Arrighi discute os impactos da incorporação. E, por último, a terceira temporalidade, que cobriria desde o fim da segunda guerra até os dias atuais. Este recorte analítico representa a ampliação das noções de tempo e espaço no estudo dos fenômenos econômicos, políticos e sociais. Neste artigo delimitamos a análise ao estudo da terceira temporalidade. Em outro trabalho as três unidades analíticas foram detalhadas na tentativa de captar aspectos estruturais no entendimento da atual ascensão da China.

2.1) Pós Segunda-Guerra - influência da hegemonia americana e a bipolaridade EUA-URSS

Após a Segunda Guerra os Estados Unidos representavam a maior potência econômica mundial, e puderam exercer sua hegemonia através do chamado acordo de Bretton Woods, que representava a consolidação do padrão dólar-ouro como moeda de reserva mundial, proporcionando a manutenção de taxas de câmbio fixas – mas ajustáveis – que permitiam a manutenção de certa estabilidade nos balanços de pagamentos dos países. Além disso, a criação de instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) financeira nesse período a reconstrução dos países destruídos pela guerra, reforçando, ao mesmo tempo, a hegemonia americana no continente europeu, em contraposição ao avanço socialista.

Apesar de esse cenário representar a estratégia americana de manter sua hegemonia através da condição de credor mundial, o ambiente favorável também proporcionou aos Estados nacionais a capacidade de realizar políticas expansionistas que consolidaram em diversos países o padrão keynesiano de gestão do Estado e o surgimento dos Welfare States europeus, assim como a capacidade de crescimento econômico conjunto de diversos países. (TAVARES E FIORI, 1993).

O quadro econômico e geopolítico que resulta da Segunda Guerra Mundial, traduzido tanto da posição central ocupada agora pelos Estados Unidos quanto pelos conflitos inseridos na chamada Guerra Fria, entre este país e a União Soviética, molda a trajetória de desenvolvimento dos países europeus destruídos pela guerra e dos países Leste Asiáticos, como Japão e China. Em relação a esses dois países, observa-se a manifestação regional da bipolaridade do pós-guerra traduzida na preocupação tanto americana quanto soviética em manter áreas de dominação e influência.

De acordo com Selden (1997), a trajetória política e econômica do Japão e da China, bem como a relação ente esses dois países entre os anos 1945-70, é profundamente influenciada pelos resultados da Segunda Guerra e do conflito EUA-União Soviética. Ainda em 1947 a política americana para o Leste Asiático é cristalizada em torno de dois objetivos: a reconstrução do Japão como um parceiro econômico e financeiro na Ásia, dentro da estratégia de supremacia econômica americana; e a criação de uma estrutura pan-americana cuja base e aliança fossem utilizadas para conter a influência soviética e o poderio regional chinês, na prevenção de trajetórias que pudessem levar à implantação de regimes comunistas. (SELDEN, 1997, p. 308).

Assim, a trajetória das políticas econômicas tanto do Japão como da China neste período, assim como a inter-relação entre esses dois países, é profundamente influenciada

pelos resultados da Segunda Guerra Mundial, onde se tem, de um lado, a consolidação da potência americana – e seu apoio ao desenvolvimento pró-capitalismo no Leste asiático centrado do Japão -, e, por outro, a preocupação em isolar a China, na medida em que esta poderia, sob influência ideológica soviética, levar adiante a consolidação de um Estado socialista desenvolvido. (ARRIGHI, (1997)

Os objetivos dos EUA no Leste asiático se concentraram, nesse sentido, na reconstrução do Japão, como um centro financeiro e econômico importante dentro da Ásia. Essa relação estabeleceu-se através de um apoio que se manifestou tanto em termos de ajuda financeira para a reindustrialização e o avanço tecnológico, como em termos de fortalecimento das relações comerciais, com a abertura do mercado americano para os produtos japoneses. O apoio financeiro, principalmente nos gastos militares, possibilitou ao Japão direcionar seus recursos internos exclusivamente para uma corrida industrial e tecnológica, com resultados que o levaram a uma posição de destaque entre os países da chamada zona de núcleo-orgânico da economia mundial, na década de 70.

Os resultados traduziram-se no crescimento da economia japonesa ainda na década de 50. Durante a década de 40 o Japão cresceu apresentando, em média, um Produto Interno Bruto em torno de U\$167.374 milhões de dólares. Já na década de 50, a média ficou em U\$242.902 milhões. (HISTORICAL STATISTICS). Durante todo o período pós-guerra até a década de 70, o PIB per capita japonês cresceu seis vezes, crescendo a 8% ao ano, enquanto os países da Europa ocidental cresciam a 4%. (OZAWA, 2002)

Na esteira dos objetivos americanos no Leste Asiático, de contenção da influência comunista, a China acabou por sofrer as conseqüências da posição assumida pelos Estados Unidos, de isolá-la do comércio mundial. Além do embargo imposto à China, o envio de tropas a Taiwan para defender e proteger o partido rival de Mao Tsé Tung, o Guomintang, e também o envio de tropas à Coréia, para lutar contra o comunismo neste país, são algumas manifestações da geopolítica estadunidense no Leste Asiático.

Frente à hostilidade americana (e como parte do projeto socialista do Partido Comunista, de Mao), a China adota o modelo leninista de Estado, para fortalecer sua ordem política e confrontar os inimigos imperialistas. A implantação do modelo socialista promove uma aceleração dos processos de coletivização, nacionalização e estímulo à indústria pesada (SO & CHIU, 1996). Os primeiros anos da República Popular da China – de 1949 até o final da década de 60 – foram um período de reconstrução, crescimento e inovação em relação aos aspectos econômicos, principalmente durante o período do Grande Salto à Frente (1958-60). (FAIRBANK, 2002). Mas, embora os avanços tenham sido importantes, principalmente

em se tratando de um país até então tipicamente agrário, ao contrário do que ocorreu no Japão o crescimento industrial não se traduziu em ganhos em termos de PIB per capita, particularmente para a população rural chinesa. A acumulação forçada pela via do Estado e da coletivização não permitiu a internalização de uma dinâmica industrial que promovesse uma melhoria em termos de emprego e renda, tal como observamos no Japão e também nos Tigres Asiáticos. (ARRIGHI, 1997)

De fato, tanto o Japão como os países Leste asiáticos fizeram parte de um processo mais amplo que alterou significativamente a divisão internacional do trabalho e o esquema centro-periferia que prevalecia até então, na medida em que se tornaram um lócus da expansão transfronteira da empresa americana. Este processo de expansão americana não se deu apenas pelo comércio, através da extração dos recursos dos territórios conquistados, como tradicionalmente se observava nas relações entre países centrais e a periferia, mas sim pela instalação de filiais do grande capital americano estratificado. Como sugere Tavares e Belluzzo

No segundo pós-guerra, a expansão da grande empresa vai promovendo paulatinamente o aparecimento de fluxos comerciais entre países que são, na verdade, comércio entre matrizes e filiais. Este movimento vai se deslocando do Atlântico norte para a América Latina, avançando depois para o Pacífico. Ao chegar à Ásia muda novamente a divisão do trabalho em que esta região se torna grande produtora de manufaturas baratas e importadora de matérias-primas. Essas modificações alteram completamente os termos da relação centro-periferia propostos pela Inglaterra (...). As relações de troca no comércio mundial deixaram de inclinar-se a favor das manufaturas e contra os produtos primários porque é no território dos países asiáticos de mão de obra barata e com abundância de IDE que se produzem as novas manufaturas. (TAVARES e BELLUZZO, 2004, p.124)

Estas mudanças no cenário da economia mundial são fundamentais no entendimento da ascensão não só dos chamados Tigres Asiáticos, na década de 80, como também da própria China nas duas últimas décadas do século XX e até hoje. A ascensão da região Leste Asiática guarda forte relação com as mudanças observadas na economia-mundial a partir da Segunda Guerra Mundial, traduzidas tanto no objetivo geopolítico da potência americana quanto nas mudanças nos aspectos da grande empresa, que caminha cada vez mais para a internacionalização.

Até a década de 70 e 80, o fato de a China estar sob embargo americano, desde o período pós-guerra, dificulta fortemente sua inserção numa dinâmica regional importante (detalhada na seção 3) responsável pelo ressurgimento do Japão e dos Tigres neste período. É apenas a partir da instalação de uma nova conjuntura, resultante das transformações iniciadas na década de 70, que a China insere-se novamente no plano regional e internacional.

2.2) Os anos 70: declínio da hegemonia americana e ressurgimento do Leste asiático

O arranjo político institucional que vigora no período do pós-segunda guerra chega ao fim na década de 70. Para Arrighi (1994), partindo de uma perspectiva de análise histórica, percebe-se que as mudanças observadas a partir da década de 70 fecham a fase de expansão material que marcou as décadas de 50 e 60. O desdobramento de um período onde o capital excedente é reinvestido no comércio e na produção em escala maciça encontra limitações que intensificam as pressões competitivas sobre as organizações governamentais e empresariais da economia mundial. Pressões que levam, por sua vez, a uma retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção, em direção a formas de acumulação principalmente financeiras, marca fundamental do período que se inicia. (ARRIGHI, 1994).

De uma forma mais detalhada e específica das transformações econômicas, pode-se afirmar que as mudanças observadas a partir da década de 70 manifestam-se a partir do próprio ambiente instaurado no período pós-guerra, em que vários países, principalmente a Alemanha e o próprio Japão, puderam re-erguer suas economias em direção à expansão econômica. Esta reconstrução significou também uma disputa por mercados até então controlados pelos Estados Unidos e um acirramento generalizado da competição no comércio internacional, o que fez com que a economia americana começasse a sentir pressões sobre sua balança comercial e apresentar déficits no balanço de pagamentos (BELLUZZO, 1995, p. 11).

Dessa forma, os EUA se colocam numa situação de dificuldade em manter o lastro na moeda, já que as reservas são fundamentais para manter a estabilidade do padrão fixo do câmbio. As pressões sobre o dólar, resultantes da participação cada vez maior do déficit comercial no balanço americano, dificultam a conversibilidade a uma taxa fixa com o ouro. De acordo com Belluzzo (op. cit.) os Estados Unidos não foram capazes de sustentar a posição do dólar como moeda-padrão, tendo em vista que uma oferta “excessiva” de dólares brotava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob a pressão de um déficit comercial.

A partir disso, os EUA estabelecem um câmbio flutuante, no intuito de corrigir o déficit no balanço de pagamentos. Nesse momento, rompe-se com o acordo de Bretton Woods, e diversos países também são levados a estabelecer o câmbio flutuante. Entretanto, a desvalorização da moeda americana não traz o resultado esperado, devido ao papel exercido pelos capitais de curto prazo e os efeitos negativos sobre os preços. Dessa forma o déficit

americano não se recompõe e ao mesmo tempo a moeda americana se desvaloriza cada vez mais.

Com a flutuação das taxas de câmbio, os bancos centrais não controlam mais os movimentos de especulação, o que promove um forte movimento de capitais de curto prazo em todo o mundo. Como resposta à desvalorização do dólar e ao aumento do preço do petróleo no mercado mundial (e na tentativa de acabar de vez com os problemas de balanço de pagamentos), os EUA aumentam drasticamente em 1979 a taxa de juros do país, o que marca definitivamente o fim do acordo de Bretton Woods (BELLUZZO, 1995, p.14).

Essas medidas (de desvalorização e aumento da taxa de juros) marcam o início de um período de valorização dos capitais de curto prazo e de forte descentralização do sistema monetário internacional. Intensifica-se a ação dos mercados financeiros de títulos de dívida e aumenta a capacidade dos bancos privados de criar formas de acumulação sem base real. (BELLUZZO, op. cit., p. 16)

Apesar de todas as tentativas de manutenção do seu poderio econômico e financeiro, a ruptura do padrão dólar-fixado, a derrota na Guerra do Vietnam e as crises do petróleo balançam os pilares do poder americano. A vulnerabilidade do dólar como moeda internacional diante das transformações da década de 70 só será contornada com a chamada “diplomacia do dólar forte” do governo Reagan. Segundo Tavares e Belluzzo (2004), a elevação sem precedentes da taxa de juros fomentou ao mesmo tempo o déficit orçamentário do governo Reagan e a valorização do dólar, responsável pelo crescimento rápido do déficit americano.

Após um choque inflacionário no início dos anos 80, a política de sobrevalorização do dólar permitiu à economia americana retomar o crescimento sem pressões inflacionárias através da elevação do poder de compra dos salários apoiada em importações de bens de consumo baratos e expansão monetária acima da renda nominal.

A política de sobrevalorização da moeda americana e a abertura à importação bataram, segundo Tavares (op. cit.), “a chuva criadeira” para os países da Ásia, em particular Japão, Coreia e Taiwan. Este foi o período dos grandes superávits comerciais japoneses, coreanos e de Taiwan. Em 1980 o Japão apresentava um déficit de 10.750 bilhões dólares, a Coreia um déficit de 5.312 bilhões e Taiwan um déficit de 818 milhões. Na metade da década, em 1985, o Japão já tinha um superávit de 51.150 bilhões de dólares, a Coreia já tinha reduzido seu déficit para 1 bilhão e Taiwan já apresentava um superávit de 9.206 bilhões dólares. No final da década os três países aumentaram ainda mais o saldo positivo na

balança comercial, com o Japão chegando a mais de 60 bilhões e a Coréia, a 5 bilhões. (IMF, *World Economic Outlook Database*, 2007).

A política americana de sobrevalorização cambial chegaria ao fim em meados da década de 80, com as decisões definidas no que ficaria conhecido como Acordo de Plaza (1985). Neste acordo, os EUA, preocupados com os danos causados pela valorização do dólar à indústria nacional, freiam a política de valorização, causando um impacto importante na Ásia, que se traduz na queda das exportações japonesas, dada a valorização do yen frente ao dólar. A partir daí o Japão partiria para um movimento de deslocalização da sua indústria para países da região, apoiado na capacidade de financiamento de seus bancos. (TAVARES, 2004)

As decisões do Acordo de Plaza têm uma importância significativa para a reorganização econômica regional Leste Asiática, na medida em que possibilita uma expansão da competitividade asiática até então situada apenas no Japão, segundo Mitchell e Ravenhill (1995), “Ambas mudanças quantitativas e qualitativas ocorreram na regionalização da produção no Leste Asiático na década de 80, especialmente nos anos depois do Acordo de Plaza. O acordo foi significativo não apenas para o que executou diretamente – grandes realinhamentos dos padrões cambiais – mas também para o que ele simbolizou, nominalmente, o aumento nas relações econômicas internacionais na região do Pacífico”

Segundo os autores, a apreciação da moeda japonesa e das moedas dos países fixadas em dólar foi tal que os produtores Japoneses e do nordeste da Ásia tiveram uma única alternativa: transferir alguns estágios de sua produção para países vizinhos, como países da ASEAN e a própria China. Isso ocorreu não apenas graças à proximidade, mas também à vantagem natural vinculada às relações existentes entre estes países através das comunidades chinesas presentes nessas localidades.

As decisões de política econômica dos Estados Unidos no início da década de 80, aliadas a uma nova conjuntura de expansão da grande empresa, se unem, na visão de Arrighi (1997a), a um aspecto regional importante observado nas relações econômicas do Leste Asiático no período, algo fundamental para o entendimento da capacidade desta região emergir no cenário mundial com expressivo crescimento econômico. Tal aspecto relaciona-se a um esquema de organização produtiva baseado em um sistema de subcontratação em múltiplas camadas, que começa dentro do próprio Japão e, depois, passa a estender-se para outros países asiáticos.

O sistema de subcontratação é um sistema interempresas baseado na transferência de estágios da produção para outras firmas, firmas menores e até mesmo empresas domiciliares. Segundo Arrighi, uma especificidade do sistema japonês é exatamente a alta estratificação, ou seja, um esquema em que os subcontratantes são estratificados em subcontratantes primários, secundários, terciários e assim por diante, até que a cadeia atinja a base da pirâmide formada por uma grande quantidade de domicílios junto aos quais se subcontratam operações simples. (ARRIGHI, 1997a, p. 68)

A alta estratificação do sistema japonês alia-se a uma estrutura onde predominam corporações de pequeno e médio porte convivendo em ambiente de forte cooperação. Além disso, a característica mais importante do sistema japonês, segundo Arrighi, foi a habilidade para tirar proveito dos diferenciais salariais existentes ao longo dos vários segmentos produtivos. Isto porque, quanto maior a empresa, maiores os salários e benefícios concedidos aos trabalhadores, dada a rigidez envolvida nesse tipo de vínculo trabalhista. Na medida em que se avança para um modelo baseado na utilização de mão de obra de pequenas empresas, e até mesmo familiar, os vínculos tornam-se menos custosos e os salários também mais baixos. (ARRIGHI, 1997a). A capacidade de utilização dessa desigualdade em termos de custo de trabalho foi, sem dúvida, um aspecto importante da vantagem competitiva japonesa nas décadas de 60 e 70.

O sistema japonês de subcontratação começa a sentir pressões ligadas a um acirramento da competição dentro do Japão e ao aumento dos níveis salariais, na medida em que este país vai alcançando uma posição importante e apresentando aspectos de uma economia de núcleo-orgânico. A acumulação crescente restrita à unidade do país leva à competição interna excessiva que, por sua vez, impulsiona o aumento dos níveis de preços e a uma subsequente diminuição das taxas de lucro. Ainda que o aumento dos níveis de produtividade pudesse ser utilizado para contornar a situação, a expansão transfronteira do sistema foi a alternativa mais viável, mais ainda na década de 80, diante da valorização do yen frente ao dólar,

O resultado da expansão do modelo japonês a países do Leste Asiático foi o crescimento econômico principalmente nos chamados Tigres Asiáticos. A média da taxa de crescimento dos NIEs (Hong Kong, Taiwan, Coréia e Singapura), dos chamados *Developing Asia* (que inclui China e Índia), e dos chamados ASEAN-4 (Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia) são maiores do que as médias mundiais e européias. Enquanto a taxa média do crescimento mundial ficou em 3% durante toda a década de 80, e a da União Européia ficou

em 2.3%, o Japão cresceu a uma taxa de 3,7% ao ano. Os NIEs cresceram a uma média de 7,8% ao ano, os *Developing Asia* a 6,8% e a ASEAN a 5.3%. (IMF, 2007)

A ascensão econômica dos países asiáticos, reconhecida como “milagre” e analisada por diversas correntes teóricas, encontra na análise proposta aqui uma explicação que procura diferenciar-se das análises tradicionais, como a de orientação neoclássica. Isto porque, para além das mudanças institucionais, da liberalização dos mercados e dos investimentos educacionais (principalmente no caso da Coreia), percebe-se que a ascensão do Japão e também dos Tigres Asiáticos na década de 80 não poderia ter ocorrido fora da dinâmica na qual esta região está inserida. Como vimos, a conjuntura que se instala com a crise dos anos 70, evidenciada nas dificuldades da economia americana para sustentar sua posição hegemônica dentro do cenário mundial, leva a um movimento tanto de expansão das grandes corporações americanas para a Ásia como também de necessidade deste país em manter um comércio internacional baseado em importações baratas. Este movimento encontra no Leste Asiático uma estrutura que favorece a produção a baixo custo, graças a um arranjo baseado em sistemas de subcontratação, disseminado pelo Japão por todo o Leste Asiático.

A atual ascensão chinesa também não pode ser entendida fora desta dinâmica tanto global como regional. Dentro do esquema japonês de subcontratação e expansão transfronteira, a China, assim como outros países asiáticos (ASEAN), passa a se beneficiar da transferência de estágios produtivos das empresas principalmente japonesas. Mas, obviamente a China não é uma Malásia ou uma Filipinas. Além de ser um país com dimensões continentais e uma vasta população, seu governo já vinha implementando uma série de reformas desde o final da década de 70, com o objetivo claro de atrair os Investimentos Diretos Estrangeiros e retomar sua posição de centro da região Leste Asiática.

3) Reformas econômicas e estratégia regional: uma abordagem sobre o papel do estado na trajetória da china desde o segundo pós-guerra.

Esta seção apresenta os principais elementos reunidos em torno das reformas econômicas implementadas pelo Estado chinês a partir de 1978, que teriam sido decisivos para a China inserir-se naquela conjuntura favorável analisada anteriormente. Os principais elementos das reformas inserem-se em um amplo plano do Partido Comunista Chinês denominado “As Quatro Modernizações” (agricultura; indústria; tecnologia; e forças armadas) proposto por Zhou Enlai, primeiro-ministro de Mao Tsé Tung, e por outros nomes

importantes, como Deng Xiaoping, ainda em meados da década de 70. O projeto das Quatro Modernizações sustentava-se na idéia de uma China mais aberta às relações internacionais, utilizando-as como via de alcance da modernização e do crescimento econômico do país.

Dentre as diversas esferas de interferência do Estado no sentido de atingir um modelo de economia mais aberto destacam-se aqui a criação das chamadas ZEEs (Zonas Econômicas Especiais), a política cambial e também a estratégia de inserção regional.

A capacidade de atração das empresas estrangeiras (via Investimentos Diretos Estrangeiros) está amplamente vinculada à criação, a partir de 1979, das ZEEs. Estas dependeriam de capital estrangeiro, e os produtos ali produzidos deveriam ser manufaturados para exportação. A liberdade de venda e comércio contrastava com o controle estatal do resto do país. Nas ZEEs seria permitido praticar preços livres, mas um pré-requisito importante imposto pelo Estado foi a prioridade da presença das *joint ventures*⁴

Entre os benefícios concedidos pelo governo aos investidores estrangeiros que se dirigissem às ZEEs estavam as preferências fiscais, com alíquotas mais baixas de imposto de renda para empresas – de 15% sobre as receitas - e isenção de sobretaxas locais. Além disso, dependendo do tempo de operação e do nível tecnológico da atividade, a redução podia ser ainda maior, e inclusive podia haver a isenção. Outros benefícios eram a isenção de impostos sobre o uso da terra, para institutos científicos e para empreendimentos envolvendo tecnologia avançada, e sobre importações de matérias-primas, peças e equipamentos. Isenções de impostos de exportação e autonomia administrativa (incluindo liberdade para contratação/demissão e salários) também eram práticas comuns nas ZEEs. Além disso, observou-se igualmente a concessão de créditos pelo Banco da China às empresas estrangeiras que se interessassem em produzir nas ZEEs. (OLIVEIRA, 1990, p. 67-8).

Além da criação das ZEEs, outra esfera no âmbito das reformas está vinculada ao regime cambial. De um modo geral, pode-se dizer que essa estratégia esteve ligada à manutenção da moeda corrente (yuan) fortemente desvalorizada frente ao dólar, ou à política do “yuan fraco” (Cunha e Biancarelli, 2005), que passaria a funcionar como principal estímulo às exportações no país.

De fato, se em 1980 conviviam-se com um câmbio nominal de 1,5 yuans (para 1 dólar), em 1986 a moeda chinesa já tinha declinado para uma situação cambial de 3,5 yuans para 1 dólar, o que representa uma desvalorização de cerca de 60%. (NAUGHTON, 2007).

⁴ O modelo de *joint-venture* – ou as chamadas *foreign invested enterprises* - foi predominante no primeiro período de entrada de Investimentos diretos estrangeiros na China. Essa forma jurídica foi autorizada em 1979, e estipulou que o capital estrangeiro poderia contabilizar 25% do capital total de uma *joint-venture*. (ACCIOLY, 2005). Em 1986 o modelo de *joint-ventures* respondia por mais de 40% dos IDEs que entravam na China. (NAUGHTON, 2007).

Em 1990 o câmbio nominal é de mais de 4 yuans, em 1995, de quase 6,0, e a partir de 1996 até hoje, o câmbio chinês está acima de 8 yuans por dólar.

O primeiro marco de mudança a caminho do processo de desvalorização é 1984, ano em que o governo chinês desvalorizou em 36,24% o Yuan Renminbi (RMB) frente ao dólar. Além da forte desvalorização, nesse mesmo ano o governo estabelece um regime dual de câmbio, mecanismo chave na estratégia cambial chinesa e fortemente relacionado com a estratégia de inserção no comércio internacional, no âmbito de um regime dual de política comercial, ou, como sugerem os autores, *dualistic trade regime* (NAUGHTON, 2007), ou ainda, *dual track trade policy* (GAULIER, LEMOINE & KESENCI, 2005).

Com aponta Naughton (op. cit.), o regime de comércio dualista é o elemento central que habilitou a China a adotar regras relativamente liberais (vinculadas principalmente à promoção das EP – *export processing*), enquanto, ao mesmo tempo, protegia a indústria doméstica. O regime estabeleceu-se da seguinte forma: nas Zonas Econômicas Especiais seguia-se um regime tarifário favorável, menos oneroso e que, por isso, acabava atraindo os IDEs, por vezes vinculados a atividades voltadas ao processamento para re-exportação, com contratos estabelecidos com empresas chinesas, principalmente de Hong Kong⁵; em outras áreas as indústrias conviviam com esquemas próprios de programas de substituição de importações, onde as barreiras à importação permitiam o desenvolvimento da indústria interna.

Este tipo de política comercial foi ainda mais fortalecido devido, justamente, à existência de um regime dual de câmbio, baseado na existência de um câmbio oficial, administrado como uma taxa flutuante, e um “mercado de *swaps*”, com acesso restrito às empresas das ZEEs e às *tradings*. Como ressalta Medeiros (1999), neste mercado a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada. Assim as empresas situadas nas ZEEs, além de possuírem benefícios com isenção de tarifas, também possuíam liberdade cambial. Já as empresas que não se encontravam sob o regime das ZEEs, subordinavam-se à política chinesa de comércio exterior, fortemente protecionista e dirigida para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. (MEDEIROS, 1999)

⁵ “Uma firma de Hong Kong enviaria (por exemplo) partes da fabricação – costura - para uma firma rural chinesa para obter as camisas como produto final. A firma chinesa pagaria pelos custos do processamento, enquanto a fábrica e o produto final continuariam sob propriedade da firma de Hong Kong todo o tempo, assim a firma não teria que passar pelo sistema tarifário tradicional chinês. Neste caminho, as redes de produção para exportações já criadas por Hong Kong puderam expandir-se dentro da China, mas as firmas chinesas não estariam expostas a competição das importações”. (NAUGHTON, 2007, p. 382). Como se verá posteriormente, esta estratégia é elemento importante para o entendimento da inserção chinesa nas redes de comércio leste asiática e na estratégia regional seguida pelo governo chinês.

A existência de uma estratégia dupla, tanto cambial como industrial, permitiu a criação de uma situação em que, ao mesmo tempo em que protegia a indústria doméstica e o mercado interno, graças à manutenção de barreiras à importação, estimulavam-se as exportações nas áreas definidas a partir da concessão de liberdade nas importações. Desse modo, a permanência do câmbio mais desvalorizado nestas áreas estimulou ainda mais as exportações, ao mesmo tempo em que os IDEs eram atraídos pelas isenções às importações.

A criação das ZEEs, juntamente com uma política cambial favorável às exportações são vistas como medidas fundamentais para o aumento da entrada dos Investimentos Diretos Estrangeiros à China. A participação da China nos IDEs dirigidos aos países em desenvolvimento e à própria Ásia aumentou consideravelmente ao longo dos últimos vinte anos. Em 1980 os IDEs dirigidos à China eram pouco consideráveis, menos de 1%, comparativamente ao restante do mundo e à Ásia. Em 1990, os IDEs dirigidos à China já são 1,7% do mundial e quase 10% daqueles dirigidos à Ásia. No ano 2000 a participação aumenta para quase 3% dos IDEs mundiais e para 16% dos dirigidos à Ásia. De 2001 em diante os resultados são ainda mais expressivos, fato que guarda relação com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Em 2005 quase 8% dos IDEs mundiais vão para China e mais de 22% dos IDEs asiáticos dirigem-se ao país.

Com relação aos IDEs, um ponto interessante é a origem destes fluxos. Vale ressaltar que Hong Kong destaca-se como a maior fonte de IDE para a China entre 1979-2000, contribuindo com 51% do total acumulado no período. Em seguida estão os Estados Unidos (9%), a União Européia (9%), o Japão (8%), Taiwan (Província da China) (8%) e Cingapura (5%). (ACCIOLY, 2005).

A participação dos IDEs asiáticos na China remete a uma transformação importante nas relações intra-regionais. De acordo com Accioly (op. cit.), com mais de 65% do total dos IDEs, o Leste Asiático parece ver a China como pólo mundial da produção industrial. Esta percepção implica um importante “desvio de comércio e de investimentos”.

Este desvio de comércio relaciona-se ao fortalecimento das relações intra-regionais e a existência de uma possível estratégia regional chinesa, que deve ser analisada como parte da atuação do Estado no âmbito da política de comércio internacional. O traço essencial dessa possível “estratégia” são as relações que a China vem estabelecendo com vizinhos asiáticos, ligadas fundamentalmente à importação de bens dirigidos a atividades de processamento para re-exportação⁶.

⁶ A participação das chamadas exportações de mercadorias produzidas por atividades de processamento, a partir de matérias-primas e bens intermediários importados anteriormente, vem aumentando no total das

O crescimento das exportações advindas de atividades de processamento, mediante a prévia importação de artigos de outros países para serem convertidos em bens finais na China, tem sido apontado por alguns autores como um elemento importante da estratégia de inserção chinesa no comércio intra-regional Leste Asiático, que, vale dizer, para além da participação chinesa, vem apresentando sinais de forte dinamismo.

É importante lembrar (como analisado anteriormente) que o Leste Asiático vem, desde meados da década de 70 e 80, estabelecendo entre os seus países fortes relações comerciais ligadas a processos de segmentação da produção, principalmente entre Japão e os Tigres Asiáticos. Como visto anteriormente, Arrighi (1997) procurou analisar o chamado milagre asiático à luz de uma perspectiva mais ampla, centrada principalmente na posição estratégica ocupada pelo Japão, desde a década de 60, e também na formação do chamado sistema de subcontratação em múltiplas camadas.

Gaulier et. alli (2005) procuram analisar o crescimento asiático à luz de uma abordagem teórica que também identifica a existência de uma dinâmica regional centrada na transferência de atividades entre os países leste asiáticos. De acordo com os autores, o crescimento do comércio intra-regional no Leste Asiático guarda forte relação com o fortalecimento das chamadas redes produtivas internacionais (*cross-border*) que se formam entre os países da região. Essas redes podem ser definidas como “a organização, através das fronteiras nacionais, de relações (intra e inter firmas) pelas quais se busca conduzir processos produtivos, serviços, atividades de pesquisa e desenvolvimento”. (Borras, 1996 apud Gaulier et. alli., 2005, p.9).

Segundo os autores, a formação dessas redes é conduzida por firmas localizadas na região (tanto firmas asiáticas como afiliadas de companhias multinacionais americanas e européias). Essas empresas têm se orientado cada vez mais no sentido de reorganizar seus negócios entre diferentes países, na medida em que isto torna possível reduzir custos e aumentar a capacidade de reagir às mudanças tecnológicas e exigências do mercado. (GAULIER et. alli., op. cit.). A importância desse tipo de arranjo está na possibilidade de comercialização entre os países dos chamados bens intermediários, especialmente os que se referem a “partes e componentes”.

O desenvolvimento desse tipo de rede produtiva tem sido um dos aspectos essenciais que possibilitaram a emergência de mais países no cenário industrial, tanto mundial como

exportações chinesas. Em 1981, do total de US\$ 22.721 milhões exportados pelo país, as “exportações processadas” participavam com apenas 5% do total. Já em 1990 este tipo de exportação representa 40% das exportações totais. Em 2005 mais de 54% do total de cerca de US\$ 62 milhões exportados pela China são compostas por artigos processados. (*Chinese Statistical Yearbook*, 2006)

regional (por exemplo, países como Hong Kong e Coréia). Após a capacidade japonesa de levar adiante um avanço expressivo no seu parque industrial, este país buscou especializar-se na produção de artigos mais elaborados tecnologicamente e passou a transferir para aqueles países atividades mais intensivas em trabalho. As NIEs, por sua vez, aproveitaram a oportunidade para, aos poucos, absorver conhecimento e tecnologia na direção do aprimoramento de seu parque industrial. Esse movimento se dava justamente pela possibilidade desses países irem sucessivamente deslocando para países que ofereciam menor custo do trabalho parcelas da produção de baixo valor agregado. Firms de países como Japão, Coréia, Taiwan, Cingapura e Hong Kong gradualmente moviam sua capacidade produtiva, relativa a atividades intensivas em trabalho, para países que funcionavam como plataformas exportadoras, entre eles os países da ASEAN e a própria China. Estes países acabaram se beneficiando desse processo de “reciclagem de vantagens comparativas”, tal como os outros.

O ponto a ser ressaltado é que, desde a segunda metade da década de 80, a partir da perda de competitividade japonesa e dos Tigres, empresas japonesas e asiáticas (e também ocidentais) passam a aumentar seu comércio e investimentos com os países da ASEAN e com a China. Isso ocorre ao mesmo tempo em que estes últimos fortalecem relações comerciais com as economias centrais⁷. Dessa forma, a China começa a dirigir a dinâmica da produção segmentada asiática a seu favor, uma vez que passa cada vez mais a transferir a produção de artigos intermediários para países da ASEAN e direcionar sua produção para exportação de bens finais.

É sobretudo com base nesse aspecto que se pode entender a inserção da China na dinâmica de comércio regional. Isto porque, como resultado de elementos específicos da política comercial chinesa, ligadas à atração de investimentos e à importação de bens intermediários para processamento e reexportação (principalmente nas ZEEs, com seus atrativos tributários e cambiais) observa-se um processo cada vez mais intenso de deslocamento dos investimentos asiáticos para a China.

Uma evidência do fortalecimento das relações da China com a própria Ásia e de sua entrada na dinâmica comercial daquela região pode ser vista no crescimento das importações feitas pela China a partir de países como Coréia, Taiwan, da ASEAN e até mesmo o Japão. Na década de 80 as importações chinesas concentravam-se muito mais nas economias

⁷ Segundo Medeiros a “desaceleração do comércio internacional ocorrida a partir de 1985 entre o Japão e os países da OCDE, e a partir de 1990, entre estes e os 4 tigres, deu-se ao mesmo tempo em que aumentaram a taxas explosivas as relações comerciais entre o Japão e os tigres e entre estes e os países da ASEAN-4 e a China. Estes últimos países, ao contrário dos tigres e do Japão, tiveram, sobretudo a partir de 1990, excepcional crescimento em seu comércio com os países da OCDE. (MEDEIROS, 1997, p. 312)

desenvolvidas, como países da Europa e os Estados Unidos. Ao longo dos anos observa-se que a Ásia vem se tornando uma origem importante das importações chinesas. A Tabela seguinte apresenta a participação dos parceiros no total importado pela China, desde os anos 80,

China – Importações por países de origem (% do valor total importado pela China)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006
USA	20	12	12	12	10	7	7
Europa	20	28	28	16	14	11	11
Japão	27	36	14	22	18	15	15
Coréia	0	0	0	8	10	12	11
Hong Kong	3	11	27	7	4	2	1
Taiwan	0	0	0	11,2	11,3	12,6	11,6
ASEAN	3	3	7	8	9	11	10
Outros	27	10	12	15,8	23,7	29,4	33,4
total (%)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, October 2007

Como é possível observar, a participação das importações asiáticas vem crescendo. Em 1980, Taiwan, por exemplo, não tinha nenhuma participação nas importações chinesas; já em 1995, 11,2% do total importado pela China provêm daquele país. No caso da Coréia também se observa um aumento: até 1990 o país não constava na lista das importações chinesas; em 1995 a Coréia já participava com 8%, e em 2005, com 12% das importações feitas pela China. O resultado dos países da ASEAN, como Malásia, Indonésia e Tailândia, são ainda mais expressivos: saindo de uma participação de apenas 3% do total importado pela China em 1980, o grupo já representa 10% do total importado em 2005. No caso de economias avançadas, como EUA, Europa e mesmo o Japão, observamos uma queda na participação das importações chinesas.

Além do aumento da participação de países asiáticos nas importações chinesas, o aumento da parcela das exportações desses países dirigidas à China também demonstra a dinâmica regional formada regionalmente. As exportações dirigidas à China aumentaram em todos os países. No caso de países como Hong Kong, Coréia e Japão, os resultados são expressivos. Em Hong Kong, a partir de 2003, mais de 40% das exportações dirigem-se à China. No caso da Coréia, que em 1980 não exportava para a China, em 2006, 21,3% das exportações do país dirigem-se à China. O caso japonês também é expressivo, com 14,3% das exportações deste país indo para a China, em 2006. No caso dos países da ASEAN os

resultados mostram também um aumento das exportações para a China. A Indonésia, que em 1980 não exportava para o país, em 2006 exporta 8,2% do total para a China. Os casos de Filipinas, Tailândia e Malásia também mostram aumentos consideráveis. (UNComtrade, 2007)

Na próxima tabela é possível observar como são classificadas as importações chinesas, e também as exportações, em termos de tipo de produto. Com isso pode-se identificar que tipo de produtos a China vem importando, como vimos, principalmente da própria Ásia. Os dados mostram que, de fato, tem ocorrido um aumento das importações dos chamados bens intermediários, como partes e componentes, o que fortalece a tese de que a China tem uma estratégia política de comércio internacional que se desdobra em uma inserção regional específica. A Tabela a seguir apresenta os resultados das importações e exportações chinesas divididas entre os diferentes tipos de bens: bens primários, bens intermediários e bens finais⁸

China - Padrão de comércio por estágio de produção (% do total importado e exportado)

Importações	1995	1997	2000	2002	2005
Total	100	100	100	100	100
bens primários	9,7	10,6	13,6	10,6	17
bens intermediários	57,93	65,9	62,6	63,3	58,2
semi-acabados	43,62	47	38,1	35,9	28,2
partes e componentes	14,31	18	24,5	27,5	30
bens finais	31,16	23,5	21,76	26,3	23,4
bens de capital	25,56	19,1	17,54	21,2	19,4
bens de consumo	5,6	4,4	4,22	5,1	4
Exportações					
Total	100	100	100	100	100
bens primários	5,2	5,1	3,7	2,9	1,9
bens intermediários	34,56	33,4	34,22	37,1	37,97
semi-acabados	27,43	25,3	21,4	21,6	21,1
partes e componentes	7,13	8,2	12,82	15,5	16,87
bens finais	59,7	61,5	61,03	60	59
bens de capital	11,89	12,6	17,27	19,7	26,4
bens de consumo	47,81	48,4	43,76	40,3	32,6

Fonte: elaboração a partir dos dados UNComtrade

De acordo com a tabela, podem-se identificar dois resultados importantes no comércio externo chinês. O primeiro deles diz respeito ao peso dos bens intermediários nas importações do país, seja dos chamados bens semi-acabados, como partes e componentes, seja dos bens semi-acabados. Nesse tipo de bem pode-se identificar partes e acessórios para equipamentos de transporte, partes e componentes de bens de capital ou ainda suprimentos

⁸ Esta divisão, proposta por Gaulier et. alli.(op. cit), segue a classificação BEC (*Broad Economic Categories*), utilizada na base de dados das Nações Unidas (UNComtrade). Para o presente trabalho estendeu-se os anos analisados, na tentativa de apresentar a existência de uma dinâmica.

industriais. Como se observa, os bens intermediários representam mais de 50% das importações. Entre estes destaca-se o aumento da participação do item peças e componentes: em 1995, somavam apenas 14,5% das importações do país; em 2005, esse item já concentrava 30% das importações. Esse aumento evidencia a tendência já assinalada, qual seja, de importação, por parte da China, de itens intermediários para serem utilizados em atividades de processamento, principalmente para exportação. Ainda relativamente às importações, é importante observar o aumento da demanda chinesa por bens primários, cuja participação nas importações passa de 9,7% em 1995 para 17% em 2005.

O segundo aspecto importante a destacar refere-se às exportações, especificamente ao crescimento da participação dos bens de capital. Em 1995 eles representavam 11,8% das exportações chinesas e, em 2005, já somavam 26,4% do total importado. Com os bens de consumo mantendo uma participação considerável ao longo dos anos, percebe-se que os chamados bens finais, como bens de consumo duráveis e equipamentos de transporte e eletrônicos, têm um peso considerável nas exportações chinesas, com cerca de 60% do total.

A importância do mercado asiático tem sido significativa para a expansão do comércio externo chinês, como visto pelos dados. A capacidade deste país de se inserir nas redes comerciais de segmentação da produção tem sido parte da estratégia política da China, que se manifesta principalmente, conforme enfatizado, na importação de bens intermediários dirigidos a atividades de processamento para re-exportação. Os dados mostram a importância da dinâmica regional para o crescimento das exportações e para o crescimento chinês. Pode-se dizer que, em alguma medida, esta inserção na dinâmica regional também tem possibilitado à China diferenciar sua pauta exportadora na direção de produtos de maior valor agregado e mais intensivos em tecnologia, na medida em que o país deixa para os parceiros vizinhos as atividades ligadas a bens intermediários.

4) Conclusões

Não resta dúvida de que a consideração da existência de uma estrutura hierarquizada de Estados é fundamental para a compreensão da atual ascensão da China na economia-mundo capitalista. A medida que a economia-mundo capitalista vai incorporando todo o planeta à sua lógica própria, observa-se como o peso dessa macro-estrutura influencia diretamente as trajetórias de desenvolvimento tanto da região Leste Asiática como da própria China.

Na terceira temporalidade, do pós Segunda Guerra, o peso da estrutura na determinação da posição dos países na hierarquia mundial é evidente. Como visto, a trajetória de desenvolvimento chinesa neste período esteve amplamente prejudicada pelo isolamento imposto pela potência americana, diante da bipolaridade geopolítica mundial da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, observou-se como esta ordem global foi determinante no renascimento do Japão e dos Tigres Asiáticos como países que alcançariam alto grau de modernização e desenvolvimento.

A análise das transformações observadas na economia-mundo a partir da década de 70 contribui para entender em que medida esta trajetória vai moldando também o renascimento da China como potência regional e novo locus da produção mundial. O peso da estrutura mundial no atual desenvolvimento chinês é inegável e talvez possa ser “visualizado” mais claramente no movimento recente de redirecionamento do capital mundial em direção à Ásia, no bojo das transformações do pós-70.

Este movimento recente da economia-mundo representa, como visto na primeira seção, a manifestação de características intrínsecas à lógica de acumulação incessante de capital. Frente a situações de crise e depressão, como a observada a partir da década de 70, movimentos de realocização colocam-se como mecanismo chave na tentativa de superação dos períodos de crise. Deslocamentos de processos e estágios de produção para áreas em que se possa reduzir custos, principalmente de mão-de-obra, são elementos recorrentes na trajetória da economia-mundo capitalista.

Sob essa perspectiva, percebemos que a atual ascensão chinesa representa um fenômeno inscrito em um momento bastante específico da trajetória da economia-mundo, de forma a que possamos afirmar, em um primeiro momento, que seus determinantes são exclusivamente relacionados a aspectos sistêmicos.

Entretanto, como discutido anteriormente, a importância da capacidade dos Estados de tirar proveito de sua margem de manobra, e a capacidade política para influenciar seu lugar na hierarquia mundial, é clara e bastante significativa. Como sugere Arrighi (1997), “cada Estado pode, em algum grau, agir sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera” (p. 152). Este movimento parece ser observado na recente atuação do Estado chinês, materializada na implantação de políticas econômicas voltadas a atração de atividades de núcleo-orgânico e a criação de um ambiente favorável a atividades de inovação. Além disso, a entrada da China como parceiro comercial importante no Leste Asiático vem estimulando uma divisão espacial do trabalho em escala regional. Como visto, faz parte dessa nova configuração regional uma segmentação da produção marcada pela

transferência de determinados estágios produtivos (principalmente bens intermediários - partes e componentes) para países asiáticos principalmente da ASEAN. Produtos intermediários fabricados em países como Malásia, Cingapura e Tailândia dirigem-se então à China para serem processados e re-exportados. Este movimento parece estar possibilitando à China voltar-se a atividades de processamento e elaboração de bens finais mais intensivos em tecnologia, o que aponta para uma aproximação da pauta exportadora do país em relação a países de núcleo-orgânico.

O estímulo por parte do Estado chinês em criar condições favoráveis – em termos de incentivos fiscais e criação de áreas voltadas a atividades de processamento – representa nesse sentido a materialização de tentativas comuns aos Estados Nacionais dentro da hierarquia mundial. Tentativas voltadas à transferência de atividades tipicamente periféricas para outras áreas, no intuito de manter e atrair para si atividades de núcleo orgânico.

Nesse sentido, a política, nas suas várias modalidades e desdobramentos, aparece sempre por trás dessas ações. De forma que é também necessário, ao se estudar a situação de cada Estado específico, levar em conta o papel do protagonismo nacional na modelagem do quadro observado.

Referências Bibliográficas

ACIOLY, Luciana. **China, uma inserção externa diferenciada**. Econômica Política Internacional: Análises estratégicas. Cadernos, Unicamp. 2005

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Vozes. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, RJ. 1997.

_____. **A Ascensão do Leste Asiático e a desarticulação do sistema político mundial**. 1995

ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-Keung; HUNG, Ho-Fung. **Historical capitalism, East and West**. 1999

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN. **The Rise of East Asia in World Historical Perspective**. Fernand Braudel Center 1997b.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O declínio de *Bretton Woods* e a emergência dos mercados “globalizados”**. – Campinas: Revista Economia e Sociedade(4), Instituto de Economia da Unicamp, junho de 1995.

BELLUZZO & CARNEIRO. **A insustentável leveza do crescimento**. *Política Econômica em Foco*, n. 4 – maio/out. 2004

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII.** O Tempo do Mundo. Martins fontes. São Paulo, 1996.

CUNHA, André M. & BIANCARELI, André M. **O novo regime cambial chinês e a diplomacia do yuan fraco.** Economia Política Internacional: Análise Estratégica. Unicamp, 2005.

FAIRBANK, John K. **China – uma nova história.** Editora L&PM, Porto Alegre, 2007.

FIORI, José Luís. **O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites.** In: O poder americano. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

FMI. www.imf.org. Financial Statistics

GAULIER, Guillaume; LEMOINE, Françoise; UNAL-KESENCI, Deniz. **China's Integration in East Asia: Production Sharing, FDI & High-Tech Trade.** Centre d'études prospectives et d'informations internationales. June, 2005

GOLUB, PHILIP S. **Recuperar el puesto em la economia mundial.** In: Selección de artículos de Le Monde Diplomatique "China". Editorial aún creemos em los sueños. Chile, 2005

HOPKINS, Terence K. & WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalism and Incorporation of New Zones into the World-Economy.** In: *Review*, X. 1987. Supplement (Summer/Fall)

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China entre os séculos XX e XXI. Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Ed. Vozes. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, RJ. 1999a.

_____. **A Economia Política do desenvolvimento recente na China.** Revista de Economia Política. Vol 19, No 3. 1999b.

_____. **Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina.** In: Poder e Dinheiro – Uma economia política da globalização. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1997.

_____. **A Economia Política da Internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China.** In: O poder Americano. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

MENZINS, Gavin. **1421: O ano em que a China descobriu o mundo.** Rio de Janeiro. Editora Bertrand. 2007.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **O regionalismo asiático revisitado: Impactos para a Asean da emergência da China pós-Deng.** Tese de mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. 2005

MITCHELL, Bernard and RAVENHILL John. **Beyond product cycles and flying geese: regionalization, hierarchy, and the industrialization of East Asia.** In: World Politics. 47.n2 (Jan 1995): 171(39). General OneFile. Gale. CAPES. 21 Feb. 2008

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. www.stats.gov.cn/english/

NAUGHTOM, Barry. **The Chinese economy – Transitions and Growth**. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. 2007

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Reformas Econômicas na China**. Economia Política Internacional: Análise Estratégica. n. 5 – abr./jun. Unicamp.2005

OZAWA, Terutomo. **Pax-Americana-led macro-clustering and flying-geese-style catch-up in East Asia:Mechanisms of regionalized endogenous growth**. Columbia University. 2002

SELDEN, Mark. **China, Japan and the Regional Political Economy of East Asia, 1845-1995**. In: Network Power – Japan and Asia. KATZENSTEIN, Peter J. and SHIRAISHI, Takashi. Cornell University Press. 1997.

SO, Alvin Y. & CHIU, W.K. Stephen . **Modern East Asia in World-Systems Analysis**. Sociological Inquiry. Vol. 66, No 4. November. University of Texas Press, 1996.

SPENCE, Jonhnatan. **Em busca da China Moderna. Quatro Séculos de história**. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

THE ECONOMIST. www.economist.com. **An old Chinese myth**. Jan 3, 2008. Disponível em: www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=10429271

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. **A mundialização do capital e a expansão do poder Americano**. In: O poder Americano. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

UN COMTRADE. <http://comtrade.un.org/>.

UNCTAD. Handbook of Statistics 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las ciencias sociales – Límites de los paradigmas decimonónicos**. Siglo Veintiuno editores. 1999

ZHOU, Yu. “**China’s High Tech Industry and the World Economy: Zhongguancun Park**”. In: **Japan Focus – na Asia Pacific e-journal**. Setembro 2008. Disponível em: <http://japanfocus.org/products/details/2661>

